XII Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC 2026

Fortalecer a democracia pela participação
da sociedade civil organizada

Carta Convocatória do XII Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Plataforma MROSC)

INTRODUÇÃO

O XII Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC ocorre em um momento decisivo para a democracia brasileira e para o papel das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na promoção de direitos, no fortalecimento da participação social e na construção de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades. Esta Carta Convocatória tem como objetivo oferecer elementos para o debate sobre os temas estratégicos da agenda MROSC que devem orientar a atuação da Plataforma e suas signatárias, contribuindo para a definição de uma agenda comum de incidência política e institucional da Plataforma MROSC.

Contexto político e democrático no Brasil

A democracia brasileira atravessa um período de reconstrução e redefinição. Esse contexto articula-se diretamente com a aproximação do ciclo eleitoral de 2026, que recoloca no centro do debate público os rumos da democracia, das políticas sociais e do papel do Estado na garantia de direitos. O período eleitoral representa, ao mesmo tempo, riscos e oportunidades: riscos de recrudescimento da polarização, da desinformação e de ataques às instituições e às OSC; e oportunidades de incidência política, formulação de agendas propositivas e diálogo com candidaturas e partidos comprometidos com a democracia e com a participação social. Esse processo ocorre em um cenário ainda atravessado por fortes tensões políticas, polarização social,

desinformação, fragilização da confiança nas instituições e persistência de desigualdades estruturais.

A ampliação da participação social na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas é condição essencial para o aprofundamento democrático. Conselhos, conferências, fóruns e outros mecanismos participativos precisam ser fortalecidos, com garantia de diversidade, representatividade e efetividade. Ao mesmo tempo, novas formas de participação, impulsionadas pelas tecnologias digitais e pelas dinâmicas territoriais, desafiam o Estado e a sociedade civil a inovar em métodos de diálogo e controle social.

As Organizações da Sociedade Civil e seu papel estratégico

As OSC têm desempenhado papel central na defesa da democracia, na promoção dos direitos humanos, na proteção do meio ambiente, no enfrentamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero, e na construção de soluções inovadoras para problemas públicos. Atuando nos territórios, junto a populações historicamente excluídas, as OSC são fundamentais para a efetivação de direitos e para a produção de políticas públicas mais justas e eficazes.

Apesar de avanços normativos importantes, como a consolidação da Lei nº 13.019/2014, persistem desafios significativos: insegurança jurídica, interpretações restritivas por parte de órgãos de controle, burocratização excessiva das parcerias, assimetrias na relação entre Estado e OSC e dificuldades de sustentabilidade financeira das organizações.

Além disso, observa-se a permanência de discursos e práticas que criminalizam ou deslegitimam a atuação das OSCs, especialmente aquelas que atuam na defesa de direitos, na incidência política e no controle social. Esse contexto exige vigilância permanente, articulação política e fortalecimento coletivo da sociedade civil organizada.

Desafios contemporâneos para a Plataforma MROSC

A Plataforma MROSC, enquanto espaço plural de articulação política, tem o desafio de reafirmar sua relevância estratégica frente às novas e antigas agendas que impactam a atuação das OSC. Isso implica dialogar com diferentes níveis de governo, com os órgãos de controle, com o sistema de justiça e com a sociedade em geral, defendendo a plena implementação do MROSC e sua atualização frente às transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas.

Também se impõe o desafio de fortalecer a própria Plataforma, ampliando a participação de organizações de diferentes territórios, causas e perfis, garantindo diversidade regional, étnico-racial, de gênero e geracional, e promovendo processos internos democráticos, transparentes e colaborativos.

Eixos para uma agenda estratégica da Plataforma MROSC

Com base na análise de conjuntura, apontamos os seguintes temas como centrais para a agenda estratégica da Plataforma no próximo período através dos pontos enumerados a seguir:

Defesa e aprofundamento da democracia:

1. Fortalecimento dos espaços institucionais de participação social e controle democrático;
2. Defesa do Estado Democrático de Direito e enfrentamento a práticas autoritárias e antidemocráticas;
3. Promoção da educação para a cidadania, da transparência pública e do combate à desinformação.
4. Preparação das OSC para atuação qualificada no contexto dos ciclos eleitorais, incluindo o enfrentamento à desinformação, a defesa da integridade do processo eleitoral e o fortalecimento da educação política e cidadã nos territórios;
5. Análise crítica dos impactos das tecnologias digitais sobre a democracia e a atuação das OSC;
6. Defesa de um ambiente digital democrático, seguro e inclusivo;
7. Estímulo à inovação social e institucional como ferramenta de fortalecimento da participação cidadã.

Consolidação e aprimoramento do MROSC:

8. Defesa da plena implementação da Lei nº 13.019/2014 em todos os entes federados;
9. Incidência para interpretações e regulamentações que respeitem a natureza, a diversidade e a autonomia das OSC;
10. Identificação de lacunas e proposição de aprimoramentos normativos e operacionais do MROSC.

Relação entre OSCs, Estado, academias e órgãos de controle:

11. Promoção do diálogo permanente com defensorias públicas, tribunais de contas, ministérios públicos, controladorias, universidades, centros de pesquisa e sistema de justiça;
12. Construção de entendimentos que reduzam a insegurança jurídica e a burocratização das parcerias;
13. Valorização da confiança, da transparência e da corresponsabilidade nas parcerias entre Estado e OSCs.

Sustentabilidade e financiamento das OSCs:

14. Incorporação do debate sobre a reforma tributária como eixo estratégico para o fortalecimento das OSC, com atenção aos seus impactos sobre o financiamento das políticas públicas, os mecanismos de incentivos fiscais às doações, a imunidade e a isenção tributária das organizações sem fins lucrativos;
15. Incidência para que a regulamentação da reforma tributária reconheça o papel público das OSC e evite retrocessos que comprometam sua sustentabilidade financeira;
16. Defesa de políticas públicas de fomento e financiamento adequadas às OSC;
17. Incidência por marcos legais e fiscais que incentivem a doação, o investimento social privado e a cooperação internacional;
18. Promoção de debates sobre modelos sustentáveis de gestão e financiamento das organizações.

Diversidade, equidade e justiça social:

19. Centralidade das agendas de enfrentamento ao racismo, às desigualdades de gênero, às violências e às múltiplas formas de discriminação;
20. Promoção de práticas internas e externas comprometidas com a equidade e a justiça social.